

Comprovadamente ineficaz, medicina baseada em evidências: como os estudos sobre Hidroxicloroquina para o tratamento de COVID-19 surgem no Brasil e o que os cientistas têm a dizer sobre essa hipótese¹

Ana Paula Pimentel Jacob – UFOPA/PA²

Palavras-chave: Covid-19, antropologia das ciências, antropologia da saúde.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma reflexão iniciada na minha tese, recentemente defendida (Jacob, 2024). Nesta pesquisa houve três etapas: uma documental e duas saídas de campo divididas em temporadas mais intensas de trabalho. Na fase documental, sistematizei notícias sobre os medicamentos do Kit-covid e realizei posteriormente entrevistas com os cientistas que pesquisaram as substâncias.

Entendo como Kit-Covid todo e qualquer medicamento propagandeado por representantes políticos durante a pandemia no Brasil e que tenham sido autorizados por outros órgãos reguladores, tais como Conselho Federal de Medicina (CFM), Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) para o seu uso e pesquisa. Conheci ao todo 26 cientistas entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023. Realizei entrevistas presenciais e virtuais com pessoas que tinham seus nomes como “pesquisadores/pesquisadoras” responsáveis registradas na Plataforma Brasil³ em projetos de pesquisa que investigavam a eficácia dos medicamentos do Kit-covid. Em especial, neste artigo, enfatizo a perspectiva dos cientistas que estudaram a eficácia da Hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Doutora em Antropologia Social pelo PPGAS/UnB e Professora Substituta do Instituto de Saúde Coletiva da UFOPA.

³ “A Plataforma Brasil é uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o Sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios — desde sua submissão até a aprovação final pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e/ou pela Conep, quando necessário — possibilitando, inclusive, o acompanhamento da fase de campo, o envio de relatórios parciais e dos relatórios finais das pesquisas (quando concluídas). A Plataforma Brasil permite, ainda, a apresentação de documentos também em meio digital, assegurando à sociedade o acesso aos dados públicos de todas as pesquisas aprovadas.” (Brasil, n. p, 2024)

De início o meu interesse por estudar a perspectiva dos cientistas e fazer uma pesquisa *up* veio de uma inquietação que compartilhava com minha orientadora. Na época, tentava entender como um estudo clínico⁴ ocorria durante uma crise sanitária global. Sendo assim, ensaio clínico pode ser definido como:

Qualquer investigação em seres humanos voltada à descoberta ou verificação de efeitos clínicos, farmacológicos e/ou farmacodinâmicos de (um) produto(s) investigacional(ais), e/ou identificar quaisquer reações adversas a (um) produto(s) investigacional(ais), e/ou para o estudo da absorção, distribuição, metabolismo e excreção de (um) produto(s) investigacional(ais) com o objetivo de determinar sua segurança e/ou eficácia (Castro, p. 17, 2018).

Em síntese, entendo por estudo clínico neste artigo, como toda intervenção de um “produto investigacional”, neste caso uma substância em interação com o organismo, os cientistas que investigam este produto buscam determinar a segurança e eficácia deste.

Durante as entrevistas, notei que há uma série de especificidades que acompanharam as propostas de pesquisa com essas substâncias e que contribuíram para a propagação de estudos envolvendo os medicamentos do Kit-Covid, tais como: 1) pressão política para realizar pesquisa com determinados medicamentos; 2) fazer pesquisa coletiva e suas contribuições para a sociedade; 3) a agilidade na aprovação de projetos no sistema CEP/CONEP durante a pandemia; 4) a desburocratização da realização de pesquisas com medicamentos já existentes no mercado com a proposição da sua mudança de indicação na bula.

Muitos interlocutores informaram que a Anvisa sofria pressões para liberar a mudança de bula da Hidroxicloroquina, o que facilitava a aprovação dos estudos e também pelo fato do medicamento já estar nos protocolos hospitalares antes mesmo de ser testado para o tratamento da covid-19. Os dois movimentos são facilitados pelo fato da Hidroxicloroquina já se encontrar em circulação no mercado, portanto a sua segurança já havia sido testada anteriormente. Restava, investigar a sua eficácia para o novo adoecimento. Essa prática é relativamente comum e, nas ciências biomédicas, é chamada de “reposicionamento” de um medicamento, que consiste na mudança na bula deste que já está comercializado para uma função diferente da que se visa testar. A

⁴ ao longo do texto uso estudo e ensaio clínico como sinônimos.

Hidroxicloroquina já passou por esse processo outras vezes e por isso é utilizada para diferentes adoecimentos: tais como malária e afecções reumáticas, por exemplo. Castro (2020) e Petryna (2011) ilustram como a indústria farmacêutica analisa as oportunidades entre brechas e lacunas em termos de regulamentação que permitem uma entrada mais ágil e facilitada das substâncias no mercado em cada região do mundo. Por isso, a Hidroxicloroquina guarda essa especificidade no contexto pandêmico, uma entrada mais ágil enquanto possibilidade de tratamento por já ser comercializada em território brasileiro.

Além disso, a gravidade da pandemia fez com que alguns regulamentos fossem afrouxados e, com isso, o sistema CEP/CONEP articulou uma forma mais rápida de aprovar projetos de pesquisa. No início da pandemia (até em torno de agosto de 2020) a CONEP era responsável por aprovar todas as pesquisas envolvendo covid-19. Posteriormente, o respectivo CEP endossava as decisões da CONEP e era semanalmente divulgado um boletim com as aprovações dos projetos (Brasil, 2020a). Em um documento: “Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEP durante a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19)” (Ministério da Saúde, 2020) há um item sobre a aprovação dos projetos:

Nos casos de protocolos de pesquisa que possuam “centros participantes” e/ou “centros coparticipantes”, não deverá ser realizada nova análise ética pelos respectivos CEP vinculados. Devido ao caráter excepcional adotado, os CEP referendarão o parecer de aprovado, quando for o caso, **emitido pela CONEP** (Brasil, 2020b, p. 2, grifos próprios).

Todos os fatores listados e eventos encadeados foram facilitadores para impulsionar as pesquisas envolvendo medicamentos como a Hidroxicloroquina no tratamento da covid-19. No entanto, durante as entrevistas, meus interlocutores deram diferentes respostas aos motivos pelos quais se levava a estudar a substância, mesmo participando dos mesmos projetos de pesquisa, às vezes com os mesmos vínculos de trabalho ligados as mesmas instituições e com formações semelhantes.

Um dos cientistas entrevistados explicou que um medicamento já comercializado para outras finalidades e que é testado para uma nova função, ainda carecendo de “comprovação científica”, pode facilmente atingir o status de medicamento indicado para uma condição em específico. Ou seja, mesmo sem passar pelos rituais de testagem de

eficácia da substância, um medicamento pode ter um passe livre para a sua prescrição. Com isso, a saúde pública corre risco, uma vez que os seus efeitos para esse adoecimento podem não ser acompanhados em um contexto de pesquisa, deixando o paciente na ambiguidade oferecida estrategicamente na relação de confiança profissional de saúde paciente. Ou seja, um paciente pode não desconfiar que recebeu um tratamento experimental, afinal o seu médico prescreveu aquele tratamento no espaço de um consultório. Um dos meus interlocutores afirmou em entrevista:

Afonso Brito: De alguma forma, você deveria ter um sistema que a Anvisa fosse envolvida, eu não sei, talvez a Anvisa. De que você não pode prescrever uma medicação para uma indicação que ela não está aprovada, exceto se você faça isso no contexto de uma pesquisa.

Ana Paula: Talvez um conselho, o próprio conselho de medicina, *né?* Não sei, *né?* Outros órgãos no próprio local que a pessoa trabalha? Mas realmente a pessoa pode chamar tudo isso de autonomia, mas ela *tá* quebrando vários passos de pesquisa e chamando isso de pesquisa e para o paciente é outra coisa, *né?* O tratamento dele.

Afonso Brito: É, em muitos casos, *né*, Ana, **ele nem vai chamar de pesquisa ali de fato, né?** Vai saber o que foi feito durante a pandemia... (Entrevista virtual realizada em 19 de dezembro 2022, grifos próprios).

Os órgãos regulatórios responsáveis por criar regras para esse tipo de situação, tais como o Conselho Federal de Medicina, entenderam a prescrição da Hidroxicloroquina como parte da “autonomia médica” e da “escolha do paciente”. Sendo assim, a sua circulação ocorria livremente, aumentando a lucratividade da indústria farmacêutica sem de fato contribuir para o tratamento de um adoecimento novo. Para Afonso, alguns profissionais podiam inclusive deixar subentendido de que ele estava prescrevendo um medicamento sem ressalvas, utilizando da relação médico-paciente para explorar o caráter experimental do momento, a partir de evidências não contundentes daquele tratamento em específico.

Esses facilitadores do processo de experimentação dentro e fora do contexto de pesquisa mobilizou boa parte dos estudos sobre o kit-covid durante a pandemia no Brasil. E após refletir sobre as questões de um grupo de pesquisadores, me perguntei: se um medicamento que já tinha uma série de avais para ser prescrito, por que foi estudado? Quais questões eram motivadoras da abundância de estudos que envolviam o fármaco? Era preciso produzir evidências contrárias à eficácia disseminada nas falas públicas de

diferentes agentes? Em outras palavras: era preciso produzir uma medicina baseada em evidências contrárias (nas “não evidências”) de que um medicamento era eficaz? Que tipo de controle esse debate tem da agenda das ciências que testam medicamentos? Se nas entrevistas ainda era possível investigar as diversidades de respostas, então fiquei mais instigada a compreender o que os artigos afirmavam sobre essas propostas. Minha intenção é compreender se as mesmas justificativas faladas nas entrevistas estavam nos artigos e como elas se apresentavam neles.

“O louro final”: o artigo científico em perspectiva

Os artigos e publicações são materiais, muitas vezes produtos finais de investigações que passam por diversos crivos antes de serem publicados e mostraram ao longo do meu campo serem importantes documentos para os meus interlocutores.

Certa vez, enquanto entrevistava uma médica, gestora de Unidades de Terapia Intensiva de um hospital de uma grande capital brasileira, perguntei como ela gostaria de ter o retorno da minha pesquisa e ela disse:

Ai, eu queria ver o *paper*, eu sou pesquisadora (risos). O nosso louro final, né? Tanto faz pesquisa, agora a publicação...A gente sabe que não é fácil, que não é rápido. Eu espero que você consiga ter. Vai conseguir ter o teu doutorado e a publicação (entrevista virtual realizada em 14 nov. 2022).

Essa afirmação, além de diversas outras, indicaram que esse material deveria ser investigado com mais fôlego. Encontro neste espaço, do grupo de trabalho uma forma de iniciar algumas reflexões.

O “louro final” para essa interlocutora englobava dois eventos: a conquista do título de doutora e o “paper” publicado. O *paper* envolve um desafio que envolve tempo, “que não é rápido”. Ainda que tenhamos visto na seção anterior alguns pontos de agilidade ao se propor uma pesquisa durante uma crise sanitária, as publicações guardam sua temporalidade. Elas dependem de uma série de fatores: ter uma proposta de pesquisa viável, financiadores, pessoas capacitadas para desenvolver a pesquisa e tempo para discutir depois que um projeto chega ao seu fim, escrever sobre isso e publicar.

Dessa forma, a produção de publicações em formato de artigo científico faz parte de uma produção de fatos (Martin, 1998) específica. Esta pode ser usada em outras publicações com outros objetivos, seja de endossar ou reforçar um argumento já comprovado ou trazer fatos contrários que promovem o debate não consensual entre esse fazer científico.

Fleischer (2021) e Valle (2023) inspiram esse debate, a primeira analisou artigos científicos dos cientistas que pesquisaram Zika Vírus a partir da Antropologia da Ciência e a segunda analisa a produção de um grupo de cientistas que estudaram a mesma epidemia e alguns trechos de suas publicações a partir de uma perspectiva antropológica. As autoras mostram como as relações entre as ciências e as pessoas que participam das propostas de estudo são compreendidas como “parcerias”. Para que esses vínculos surjam, é necessário um tempo para serem construídos. No caso das pesquisas que envolvem o grupo de pesquisadores da covid, não foi diferente. Para os estudos atingirem grandes números de participantes, para nós das ciências humanas e sociais, ou seja, centenas e milhares, era necessário possuir vínculos com outros centros de pesquisas, com outras pessoas do Brasil que tinham condições de conduzir os estudos em suas regiões para posteriormente reunir os dados obtidos e discutir sobre a produção desses novos fatos.

Traweek (1988), Latour e Woolgar (1997[1988]) através de suas etnografias realizadas, a primeira em institutos diferentes de físicos no Japão e EUA e o segundo no laboratório de neuroendocrinologia nos EUA, além de muitas outras discussões sobre o fazer antropológico em um contexto científico, mostram como os laços entre pesquisadores são feitos quais são as fronteiras mais ou menos permeáveis e possíveis entre as pessoas, suas formações e produções nas ciências.

Além disso, havia outros significados que os artigos tinham para os meus interlocutores, tais como: o tipo de publicação, se era em “revista de peso” ou não, a publicação enquanto forma de continuar e conseguir financiamento, enquanto uma consequência da pesquisa, até mesmo enquanto objetos de decoração de institutos de pesquisa. Todos os sentidos atribuídos me fizeram refletir no potencial que seria investigar a perspectiva registrada nesse tipo de documento.

Na próxima seção apresento, assim, o grupo que investiguei ao longo desta pesquisa e as publicações que analisei para refletir neste grupo de trabalho.

O grupo Cooperação e suas publicações científicas sobre Hidroxicloroquina

O grupo que dou o nome de Cooperação no artigo e na tese, realizou uma série de estudos envolvendo tratamentos medicamentosos para a covid-19, trata-se de um nome fictício para manter o anonimato dos meus interlocutores. Até o momento, há 9 séries de estudos diferentes realizadas pelo Cooperação no total. Alguns investigam diferentes substâncias (como atazanavir, daclatasvir e sofosbuvir/daclatasvir), outros a mesma substância (como a hidroxicloroquina), mas em momentos distintos do adoecimento, dosagem diferente ou acompanhados, ou isolados de outros medicamentos.

O Cooperação é também um conjunto de pesquisadores com relações pretéritas que pertencem a instituições diferentes, 6 no total e trabalham parte em redes de hospitais privados e instituições filantrópicas. A maioria dos pesquisadores era homens cis brancos, que tinham em torno de 40 anos ou mais e que trabalhavam em grandes centros urbanos do sudeste do país.

Um dos meus interlocutores, que chamo de Túlio, virologista, afirmou em uma entrevista realizada em novembro de 2022, que “nem se o sujeito consumir uma baguete de cloroquina vai ser o suficiente (para tratar a covid-19)”. Ele menciona que desde as primeiras investigações envolvendo o fármaco já era possível afirmar que ele não seria eficaz no tratamento da covid-19. Segundo Túlio, a decisão por investigar a substância era emocional e não científica. Afinal, o estudo anterior, realizado *in vitro*, deixava evidente que para a substância interromper a replicação viral, que era a sua aposta inicial, precisaria de uma dosagem acima da considerada segura para o organismo humano. Dessa forma, nem se uma pessoa consumir cloroquina ou hidroxicloroquina em uma alta dosagem (uma “baguete”), o medicamento não serviria para o tratamento da covid-19.

Tulio cita um artigo utilizado tanto a favor das pesquisas envolvendo o medicamento, quanto contra. E isso se deve ao seu conhecimento prévio na área, por ser um virologista que trabalha exatamente com a testagem de fármacos, ao analisar os dados, não há dúvidas sobre o medicamento. Consegui visualizar esse exato cenário lendo os artigos do grupo. Sendo assim, deixo abaixo duas sistematizações diferentes: um quadro com os artigos publicados deste grupo, que levavam os nomes dos meus interlocutores como autores e um segundo quadro com informações detalhadas a partir das publicações

que envolveram hidroxicloroquina. Nenhum título ou nome de revista foi identificado com o objetivo de manter o anonimato do grupo, junto às identidades de meus interlocutores.

Os quadros abaixo continuam em análise e com reflexões incompletas que serão complementadas ao longo das discussões promovidas no grupo de trabalho. Por isso adiciono algumas ideias apresentadas neles, mas deixo ainda o campo em aberto para ser investigado em futuras produções.

Quadro 1 – Sistematização de artigos publicados pelo grupo Cooperação

TEMA DA PUBLICAÇÃO	REVISTA PUBLICADA⁵	DATA DA PUBLICAÇÃO
Risco de agravamento cardiovascular pelo uso de Hidroxicloroquina e Azitromicina	Revista internacional de cardiologia	2024
Eficácia da rivaroxabana no tratamento da COVID	Revista internacional de medicina clínica	2023
Eficácia da rivaroxabana no tratamento da COVID	Revista de cardiologia no Brasil	2022
Eficácia de antivirais no tratamento de COVID (atazanavir, daclatasvir e sofosbuvir/daclatasvir)	Revista internacional de renome	2023
Estudo coorte em pacientes hospitalizados com COVID de 2020 a 2022	Revista internacional de terapia intensiva	2023
Apresentação da importância de se criar cooperação científica no Brasil	Revista de cardiologia no Brasil	2023
Fundamentação e desenho do estudo sobre a eficácia da Rivaroxabana	Revista de cardiologia no Brasil	2023

⁵ Os segmentos das revistas foram apontados, mas não foi identificado o nome das revistas.

Eficácia de antivirais no tratamento de COVID (atazanavir, daclatasvir e sofosbuvir/daclatasvir)	Revista de terapia intensiva no Brasil	2022
Hidroxicloroquina e placebo	Revista internacional de terapia intensiva	2022
Justificativa de desenho da pesquisa sobre Hidroxicloroquina e placebo	Revista de cardiologia no Brasil	2022
Protocolo e plano de análise da eficácia de antivirais no tratamento de COVID (atazanavir, daclatasvir e sofosbuvir/daclatasvir)	Revista de terapia intensiva no Brasil	2022
Eficácia de anticoagulantes no tratamento de COVID	Revista internacional de cardiologia	2021
Estudo coorte em pacientes depois da hospitalização por COVID	Revista de terapia intensiva no Brasil	2021
Eficácia da Azitromicina associada a outro medicamento ou usada isoladamente no tratamento de COVID	Revista internacional de renome	2020
Eficácia de Hidroxicloroquina com e sem Azitromicina em casos leves e moderados de COVID	Revista internacional de renome	2020

Fonte: Adaptado de Jacob (2024)

A maioria das publicações foi em revistas de terapia intensiva no ano de 2022. Muitos dos meus interlocutores tinham formação nessa especialidade da medicina, portanto, ao que parece, os pares entre cientistas da área de médica comunicam seus resultados entre si e outra parte para as revistas de renome que expõem os achados para outras áreas na própria medicina. Os trabalhos também são escritos na própria linguagem dessa área, alguns conceitos só fui reconhecendo, porque já havia lido um certo volume de produções na área e estava familiarizada com algumas palavras e outras foram explicadas em entrevistas realizadas anteriormente.

No próximo quadro, adenso alguns artigos em específico, aqueles que se trataram de um dos medicamentos do kit-covid que esteve mais presente durante aos debates públicos sobre as substâncias no Brasil: a Hidroxicloroquina.

Quadro 2 - Sistematização dos apontamentos nos artigos sobre Hidroxicloroquina do grupo Cooperação

Artigo	Objetivo	Justificativa	Método	Resultado	Ano de publicação
1 - Hidroxicloroquina e placebo em pacientes não hospitalizados	Avaliar a eficácia e segurança de medicamentos e tratamentos que diminuam o tempo de internação da covid e o seu agravamento.	Estudos chineses testaram o medicamento <i>in vitro</i> e teve uma potencial interferência na estrutura viral do SARS-CoV e com isso pode ter um efeito antiviral.	Estudo multicêntrico, duplo-cego, controlado por placebo e randomizado.	Mais de 1000 pacientes testados não teve diferença da recuperação entre o placebo e a Hidroxicloroquina. Outros 11 estudos comprovaram que a hidroxicloroquina não diminuiu os sintomas nem preveniu o agravamento da doença.	Mar. 2022
2 - Revisão sistemática de literatura do uso da Hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19	Análise sistemática para avaliar a prescrição de Hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19.	O artigo reconhece o potencial da Hidroxicloroquina na interferir na ação de diversos vírus, tais como: ebola, HIV, hepatite. Destaca que essa expectativa é gerada por estudos realizados fora do organismo humano, ou seja, “ <i>in vitro</i> ”.	Análise de artigos publicados que usaram o ECR (ensaio clínico randomizado) em pessoas com mais de 18 anos e que tinham covid. Mais de 3000 artigos foram encontrados, mas somente 9 foram analisados. Essa diferença se dá por meio de critérios de elegibilidade criados pelos autores para analisar os materiais. 2970 estudos	Maior parte das pesquisas foi projetada para ter um resultado mais pragmático do que explicativo, ou seja, trazendo alguma evidência nova. A droga não foi eficaz para reduzir a mortalidade de covid-19.	Fev. 2022

			não eram randomizados, e não investigavam a eficácia do tratamento.		
3 - Desenho do Ensaio Clínico Randomizado COVID-19	Investigar se a hidroxicloroquina tem o potencial de prevenir hospitalizações por covid-19 quando comparada ao placebo correspondente.	Avaliar potencial antiviral da Hidroxicloroquina.	Ensaio clínico randomizado, pragmático, duplo-cego, multicêntrico e controlado por placebo. Como os desfechos esperados seriam analisados (teste de Fisher, modelo de regressão de Cox)	Não houve diferença no tratamento de Hidroxicloroquina.	Nov. 2021
4 - Hidroxicloroquina associada e não associada à azitromicina para o tratamento da covid-19	Avaliar a eficácia do medicamento no tratamento da covid-19	estudos in vitro sugerem a diminuição da carga viral de SARS-CoV. No entanto, o medicamento já é usado com esta finalidade por profissionais de saúde. As agências regulatórias aprovaram o seu uso, mesmo sem comprovação científica adequada.	ECR (estudo clínico randomizado) aberto, com três grupos controle com covid moderada. Total de participantes: mais de 500.	Não houve diferença no quadro dos pacientes que usaram e não usaram o medicamento durante o curso da doença.	Set. 2020

Fonte: autoria própria.

Dos 15 artigos adicionados no primeiro quadro, somente 4 envolviam a Hidroxicloroquina, que geraram este segundo quadro. As publicações revelam a ineficácia do medicamento para o tratamento da covid-19. Ao longo dos trabalhos analisados, principalmente na sessão que discute os resultados das pesquisas, há uma série de citações de outras produções que chegaram às mesmas conclusões: “não houve diferença no tratamento”. Posteriormente durante uma entrevista, com um médico que trabalhava como superintendente de ensino e pesquisa de um hospital privado, afirmou que outros estudos mais recentes indicavam inclusive que o uso da substância durante a

pandemia pode ter piorado o quadro clínico das pessoas que aderiram ao tratamento (Pradelle et al, 2024).

Deixo um especial destaque para o segundo apresentado no quadro 2, “Revisão sistemática de literatura do uso da Hidroxicloroquina para o tratamento da covid-19”, porque se trata de uma revisão das pesquisas já realizadas com a substância e mostra resultados instigantes. Os autores apresentam inicialmente um número elevado de publicações a serem analisadas, mais de 3000 artigos. No entanto, analisam 9 artigos, pois somente esses estariam dentro do “padrão ouro” de pesquisa clínica, que utilizam a metodologia dos Ensaios Clínicos Randomizados (ECR), mostrando o quanto Hidroxicloroquina e covid-19 foram associadas ao longo da pandemia de covid-19, mas boa parte dessas publicações não produziu “fatos” de que o medicamento tinha indícios de ser eficaz no tratamento da doença. Os estudos tinham uma proposta mais “pragmática” de afirmar o que já era esperado, que o medicamento não contribuiria para a melhora do quadro de Covid, e não necessariamente de produzir evidências certificando a sua ineficácia ou eficácia.

A medicina que tipicamente define-se como “baseada em evidências” teria mudado neste momento. Pela quantidade de informações e perguntas acerca de uma proposta de tratamento, esta área do saber estava agora produzindo fatos sobre as evidências contrárias ao que poderia ser considerado eficaz. A minha hipótese é de que tenha se produzido uma medicina baseada nas “não evidências”.

Portanto, vejo a proporção que este debate teve não somente nos espaços públicos, nas propagandas entre políticos e profissionais de saúde que vocalizaram sobre o potencial do tratamento da Hidroxicloroquina, mas também houve uma repercussão no universo científico. Seja para a agenda dos cientistas que dedicaram tempo, recursos para comprovar a ineficácia da substância, seja para aqueles que estavam internados, que se disponibilizaram para a produção das “não evidências” a partir de seus corpos adoecidos.

Conclusões

Durante períodos críticos, tais como epidemias e pandemias, observo que o cenário de incertezas pode produzir falhas em regras e regulamentações que possibilitam diferentes entradas de hipóteses, às vezes mais, às vezes menos validadas entre os diferentes segmentos nas ciências. Dependendo da repercussão que um discurso pode ter, seja pronunciado pelos agentes do Estado (na figura de representantes políticos), seja por

outros profissionais de saúde (na figura de médicos que fazem aparições públicas) há uma influência na agenda das ciências. Essas, por sua vez, podem produzir evidências que precisarão de mais argumentos para demonstrar tanto a sua ineficácia, quanto eficácia de uma hipótese que ainda carece de testagens.

A Hidroxicloroquina é apenas uma ilustração do que ocorreu durante a pandemia no Brasil e em outros países como França e Itália (Pradelle et al, 2024), no entanto, outros medicamentos e tratamentos podem tracejar histórias semelhantes e novas produções de evidências serão construídas. Documentos como artigos científicos são úteis nessa reflexão, porque mostram como esses fatos são comunicados, como são elaborados no universo científico e são registros de um momento específico. Além disso, revelam os debates a partir de uma circunstância a ser investigada e pode mudar conforme as questões colocadas por outros agentes, não científicos, durante um período crítico, como uma pandemia.

Sendo assim, pretendo a partir das breves reflexões apresentadas neste *paper*, deixar em aberto o debate sobre a construção de um fazer científico durante uma crise sanitária global e deixar registrado neste formato de um empreendimento na construção de um pensamento antropológico, algumas reflexões iniciadas com a pesquisa realizada em 2022 e 2023 (Jacob, 2024).

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Boletim Ética em Pesquisa** — Edição Especial Coronavírus (Covid-19). Versão 1.0. Brasília: CONEP/CNS/MS, 2020a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Orientações para Condução de Pesquisas e Atividade dos CEP Durante a Pandemia Provocada pelo Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19)**. 9 maio 2020. Brasília: CONEP/CNS/MS, 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plataforma Brasil**. 2024. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CASTRO, R. **Precariedades oportunas, terapias insulares** Economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica. Tese (doutorado) — Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2018.

FLEISCHER, S. “Alfineteira humana”? As crianças na ciência do vírus Zika produzida em Recife/PE. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 26, 2023. DOI: 10.5216/sec.v26.75242. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/75242>. Acesso em: 5 jul. 2024.

JACOB, A. P. P. **“O Hype da cloroquina”**: uma antropologia da produção científica dos medicamentos do *Kit-covid* a partir do Sudeste brasileiro. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

LATOUR, B. WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará. [1986]1997.

MARTIN, E. Anthropology and the cultural study of science. *Science, Technology & Human Values*, 23(1), p. 24–44, 1998.

PETRYNA, Adriana. Experimentalidade: ciência, capital e poder no mundo dos ensaios clínicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, volume 17, p. 127–160, 2011.

PRADELLE, A. MAINBOURG, S. PROVENCHER, S. MASSY, E. GRENET, G. LEGA, J-C. Deaths induced by compassionate use of hydroxychloroquine during the first COVID-19 wave: an estimate. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, Volume 171, 2024. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S075333222301853X>. Acesso em: 10 jul. 2024.

TRAWEEK, S. **Beamtimes and Lifetimes**. The World of High Energy Physicists
Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1988.

VALLE, Isadora Sipp. “**Fome de pesquisador**”: o artigo científico como sistema de verdade sobre a epidemia de vírus Zika em Recife/PE. Monografia (bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia. 105f. 2023.